

Prezados colegas,

Invocando o desiderato de, ao menos minimamente, informar e atualizar membros e servidores do Ministério Público, e profissionais da área de educação estamos, apresentando a primeira edição de 2017 do Informativo do CEDUC - Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação, do Ministério Público do Estado da Bahia.

Destacamos no bojo da presente publicação, notícias sobre os trabalhos, campanhas e projetos desenvolvidos no âmbito deste Centro de Apoio, jurisprudências, diretivas do CNMP, além de eventos e informes referentes à Educação.

Colhemos o ensejo para destacar, também, que este espaço estará disponível para todos os Membros e Servidores que pretendam apresentar artigos, discutir assuntos, oferecer proposições e divulgar boas práticas experimentadas nos Municípios das suas respectivas Promotorias, de modo a contribuir para o fortalecimento da atuação do Ministério Público na seara educacional, assunto que carece de esforço redobrado, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outrossim, concitamos os Senhores a envidarem especial atenção aos projetos e programas ministeriais em curso no âmbito deste CAO (**Saber Melhor, Saúde + Educação Transformando o Novo Milênio e Educação Inclusiva**), dedicando esforços para o impulso ou implemento de sua valorosa execução, aliadas a outras iniciativas similares que desejarem apresentar com o objetivo de fortalecer a educação.

Finalmente, aludimos que no início do segundo semestre do ano corrente, provavelmente no mês de julho, será convocada a primeira reunião de trabalho dos Membros que oficiam na defesa da Educação. Daí, quem pretender pautar algum tema poderá fazê-lo, inclusive, por meio dos recém-criados Whatsapp (Defesa da Educação) e/ou lista de distribuição (ld-defesadaeducacao@mpba.mp.br).

Destarte, elevando os cumprimentos de estilo, esta coordenação põe-se à disposição de todos, ao tempo em que aguardamos as valiosas e indispensáveis contribuições.

Valmiro Santos Macêdo

Promotor de Justiça/ Coordenador do CEDUC

ÍNDICE

NOTÍCIAS

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E EDUCAÇÃO

- PROJETO 'SABER MELHOR' CAPACITARÁ CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO EM 15 REGIONAIS ESTE ANO.....03
- MP DARÁ INÍCIO A SEMINÁRIOS DE CAPACITAÇÃO DO PROJETO 'SABER MELHOR' EM 2017.....04
- PROJETO 'SABER MELHOR' DEBATE PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO EM PAULO AFONSO.....05
- SEMINÁRIO DEBATE INCLUSÃO ESCOLAR E PROTAGONISMO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA.....06
- "SAÚDE + EDUCAÇÃO" PROMOVE MAIOR CARAVANA NO INTERIOR E VISITA MAIS DE 20 ESCOLAS EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS.....10
- "SAÚDE + EDUCAÇÃO" É LANÇADO EM BOM JESUS DA LAPA.....13
- CARAVANA VISTORIA POSTOS DE SAÚDE E ESCOLAS MUNICIPAIS EM NAZARÉ.....14
- CARAVANA DO MP VISTORIA 11 UNIDADES DE SAÚDE EM SÃO GONÇALO DOS CAMPOS.....15
- CARAVANA DO MILÊNIO FISCALIZA 22 ESCOLAS E DEZ POSTOS DE SAÚDE EM IRECÊ.....16
- PROGRAMA 'SAÚDE + EDUCAÇÃO: TRANSFORMANDO O NOVO MILÊNIO' É LANÇADO EM SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ.....17

OUTRAS NOTÍCIAS SOBRE EDUCAÇÃO

- AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM SALVADOR..... 18
- AMA-BA CELEBRA O DIA MUNDIAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO.....21
- DIA NACIONAL DE LIBRAS É CELEBRADO COM NOVIDADES NA APRENDIZAGEM PARA SURDOS.....22
- BUSCA ATIVA ESCOLAR – PLATAFORMA PARA A BUSCA ATIVA DE CRIANÇAS FORA DA ESCOLA.....24
- GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR É ABORDADA EM ENCONTRO NACIONAL ENTRE O MP E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....24

LEIS, DECRETOS E JURISPRUDÊNCIAS

- RESOLUÇÃO 164/2017 CNMP.....26
- LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.....26
- DECRETO Nº 9.034, DE 20 DE ABRIL DE 2017.....26
- PEÇAS DE ACP'S, INQUÉRITOS CIVIS E RECOMENDAÇÕES.....28
- JURISPRUDÊNCIAS.....28



Projeto 'Saber Melhor' capacitará conselheiros municipais de educação em 15 regionais este ano

10-03-2017



O projeto 'Saber Melhor', desenvolvido pelo Ministério Público estadual em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), visitará este ano 15 novas Promotorias Regionais de Justiça e revisitará as 12 do ano passado, para capacitar conselheiros municipais de educação dos municípios contemplados pelas Promotorias. O objetivo do projeto com a capacitação é aperfeiçoar o acompanhamento e a fiscalização dos Planos Municipais de Educação do Estado da Bahia. As ações do projeto para este ano foram traçadas e discutidas em reunião ocorrida ontem, dia 10, na sede do MP do CAB, com a participação da coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), promotora de Justiça Maria Pilar; da presidente

nacional da UNCME, Gilvânia Nascimento; da coordenadora da União no estado, Vitória Brandão; e dos professores Reginaldo Silva, Alda Pepe e Maria Couto. Segundo a promotora Maria Pilar, os novos seminários de capacitação terão maior duração, passando de um para dois dias, e começarão em abril. Ela explicou que o MP acompanhará como está sendo realizada a execução dos trabalhos de fiscalização dos Planos, para que “as metas neles estipuladas sejam cumpridas”, especialmente as metas 1 (matrícula de crianças de quatro e cinco anos nas escolas), 7 (fomentar a qualidade da educação básica em todas as modalidades) e 19 (gestão democrática). Na reunião foi discutida a necessidade de aumentar o número de professores palestrantes para novos eventos de capacitação. Maria Pilar informou que o 'Saber Melhor' ganhou espaço no site 'De Olhos nos Planos', que aborda a questão nacionalmente.

**Matéria atualizada dia 13/03, às 16h32.*

Redator: George Brito (DRT-BA 2927)

MP dará início a seminários de capacitação do projeto 'Saber Melhor' em 2017

24-05-2017

A partir de amanhã, nos dias 25 e 26 de maio, o projeto 'Saber Melhor' visitará a Regional de Paulo Afonso. Além do município sede, serão atendidos Abaré, Chorrochó, Gloria, Mucureré, Rodelas, Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. O projeto 'Saber Melhor', desenvolvido pelo Ministério Público estadual em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), visitará este ano 15 novas Promotorias Regionais de Justiça e revisitará as 12 do ano passado, para capacitar conselheiros municipais de educação dos municípios contemplados pelas Promotorias. O objetivo do projeto com a capacitação é aperfeiçoar o acompanhamento e a fiscalização dos Planos Municipais de Educação.

As próximas visitas acontecerão, entre os meses de junho e outubro, nas Regionais de Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Ipirá, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Andaraí, Irecê, Carinhanha, Macaúbas, Caetité, Jacobina, Alagoinhas, Feira de Santana e Santa Maria da Vitória, além das 12 Regionais já visitadas no ano passado. Em 2016, o projeto terá contado com a participação de conselheiros municipais de educação, professores, gestores e promotores de Justiça de 164 municípios baianos, com o objetivo de fortalecer o papel normatizador, fiscalizador e consultivo dos conselhos no acompanhamento da implantação e execução dos Planos Municipais de Educação. Este ano, o MP

acompanhará como está sendo realizada a execução dos trabalhos de fiscalização dos Planos, para que as metas neles estipuladas sejam cumpridas, especialmente as metas 1 (matrícula de crianças de quatro e cinco anos nas escolas), 7 (fomentar a qualidade da educação básica em todas as modalidades) e 19 (gestão democrática).

Redator: Gabriel Correia Pinheiro (DRT BA 2233)

Projeto 'Saber Melhor' debate planos municipais de educação em Paulo Afonso

31-05-2017



Monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação foram temas de debate durante o seminário do projeto 'Saber Melhor', que aconteceu nos dias 25 e 26 desse mês, em Paulo Afonso. O evento contou com a presença da promotora de Justiça Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares, de conselheiros tutelares, e representantes da área de educação dos Municípios de Paulo Afonso, Jussari, Abaré, Antas, Banzaê, Macururé, Novo Triunfo, Ribeira do Amparo, Rodelas, Santa Brígida, Glória, Chorrochó e Salvador.

A programação incluiu palestras sobre o 'Cenário atual da educação brasileira: os desafios da garantia do direito à educação/aprendizagem e o papel dos Conselhos Municipais de Educação'; 'O papel do Ministério Público na garantia do direito à educação'; 'Sistema Nacional de Educação e Sistemas Municipais de Educação: concepções e construção'; e 'Participação dos Conselhos Municipais de Educação no monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação e regime de colaboração – orientação e encaminhamentos', dentre outros. Os

conselhos de educação são espaços de participação social, regulamentados em lei e com competências próprias no âmbito de sua atuação. Cabe aos conselhos, como órgãos de Estado, assegurar que as políticas públicas sejam efetivadas na perspectiva da garantia dos direitos constitucionalmente assegurados. O objetivo principal do Conselho Municipal de Educação é o acompanhamento das políticas educacionais, visando a qualidade e a concretização do direito à educação. O projeto 'Saber Melhor' do MP visa capacitar conselheiros para atuarem no monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação.

Redator: Milena Miranda DRT Ba 2510

TODAS
as escolas
são para
TODOS
os alunos.

Seminário debate inclusão escolar e protagonismo do aluno com deficiência

30-05-2017



A necessidade de acolher todos os alunos com deficiência e propiciar a eles a realização das mesmas avaliações que os demais estudantes foi uma das

principais questões apresentadas durante o 'II Seminário Todxs por uma Educação Inclusiva', realizado hoje, dia 30, no auditório do Ministério Público estadual, em Nazaré. Na abertura, a procuradora-geral de Justiça Ediene Lousado destacou a importância de uma sociedade inclusiva. “A educação precisa trabalhar a inclusão, contando com uma rede de apoio, que vai da capacitação dos professores à integração com alunos, profissionais de saúde e da sociedade de um modo geral”, disse a PGJ, que destacou a participação de pessoas com deficiência no seminário. Totalmente traduzido em Libras, a Língua Brasileira de Sinais, o evento teve como mestre de cerimônias a estudante Débora Gil, que tem síndrome de Down, e como recepcionistas outros quatro alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).



O objetivo principal do evento foi conscientizar a sociedade que “todas as escolas são para todos os alunos”, destacou a promotora de Justiça Cíntia Guanaes, coordenadora do projeto ‘Todas as Escolas são Para Todas as Crianças’, acrescentando que é preciso esclarecer a Política Nacional da Educação Inclusiva. “Todos os meninos que têm deficiência têm o direito de estar na escola regular como todos os alunos”, registrou ela, sinalizando que, “por vezes, as próprias escolas e educadores enxergam deficiências onde não existem, num processo conhecido hoje como patologização da educação”. Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), o promotor de Justiça Valmiro Macêdo destacou a importância do seminário no processo de interiorização da educação inclusiva. “Hoje, em Salvador, o projeto está posto, o trabalho do MP é proativo para garantir esse direito”, salientou o coordenador, acrescentando que o trabalho será feito agora nas regionais, que receberão as cartilhas elaboradas pelo Ceduc, as notas técnicas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e as recomendações dos conselhos de educação. “Nossa meta é

formar ainda melhor nossos promotores do interior para que o que hoje fazemos em Salvador se torne uma realidade em toda a Bahia”, concluiu.



Professora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade da Universidade de Campinas (Unicamp), a doutora Maria Teresa Egler Mantoan disse que a ideia de que existe um modelo ideal de aluno e educação está superada. “O sujeito se constrói em sua diferenciação. Não há mais espaço para distinções dentro de uma sala de aula. Os paradigmas mudaram e não dá mais para voltar atrás”, frisou. A professora afirmou ainda que acolher os alunos com suas singularidades passa por respeitar o seu direito de ser “igual, enquanto diferente”. “Ninguém é igual. Todos somos singulares. O aluno com deficiência deve estar nas mesmas salas que os alunos convencionais da mesma idade que ele”, disse ela, acrescentando que “a forma como esses alunos são acompanhados dentro de muitas escolas ditas inclusivas está errada”. Para a doutora Mantoan, “alunos com deficiência não devem ter cuidadores que os controlem e retenham dentro de sala de aula. O correto é que os professores e alunos saibam lidar com eles e exerçam esse papel naturalmente, caso contrário, eles nunca estarão de fato incluídos e capacitados para viver em sociedade”. A professora acrescentou ainda que o correto é que esses alunos enfrentem “um ambiente desafiador, como o que vão encontrar na vida, com currículos escolares iguais, provas iguais, atendidas as suas necessidades”. Mantoan afirmou que o tratamento adequado inclui tecnologia assistiva que quebre barreiras tecnológicas, como textos em braille, aulas em Libras e leitor de tela, por exemplo. “Conteúdo adaptado para aluno com deficiência é um conceito ultrapassado e a raiz da discriminação dentro do próprio sistema educacional.

Isso precisa acabar e somos nós que estamos dando os passos nesse sentido”, concluiu.



Exemplificando as ideias apresentadas pela professora Montoan, a segunda palestrante do dia foi a funcionária da Ford, Criselde Brito Santos. Ela, que tem paralisia cerebral, enfrentou todos os processos convencionais de capacitação em cursos, estágios até ser contratada para atuar como Clerk, um intermediário entre a linha de produção e o setor de Recursos Humanos da empresa, na Ford. “Não podemos desistir dos nossos sonhos por causa das nossas dificuldades. Nada é fácil para ninguém. Nossas dificuldades são somente diferentes”, disse ela, acrescentando que é preciso lutar, contando com a sociedade. “Não para termos favores, mas para termos direitos. As deficiências e os deficientes ainda são desprezados e ignorados por muitos, mas há quem acredite em nós, como esses professores, esses promotores de Justiça, e empresários como os que me contrataram e me respeitam”. Para dar um exemplo da importância de persistir diante das dificuldades, ela usou o exemplo da educação. “Foi muito difícil me educar. Há obstáculos, barreiras, preconceito. Mas a minha mãe jamais desistiu por isso e hoje eu estou aqui. Se ela conseguiu e eu consegui, todos podemos conseguir”, concluiu.

Redator: Gabriel Correia Pinheiro (DRT-BA 2233)



“Saúde + Educação” promove maior caravana no interior e visita mais de 20 escolas em Santo Antônio de Jesus

10-03-2017



Numa iniciativa que pretende influenciar na mudança da realidade educacional em Santo Antônio de Jesus, o Ministério Público estadual promoveu no município a maior caravana do programa 'Saúde + Educação: Transformando o Novo Milênio'. A caravana visitou ontem, dia 9, 22 escolas municipais e estaduais da zona urbana e foi composta pelos promotores de Justiça Anna Karina Senna, Aline Cotrim, Julimar Barreto, Thelma Leal, Danúbia Oliveira, Rogério Queiroz, Mirella Barros, Cíntia Guanaes, Tiago Ávila e Andréa Scaff, além de outros 40 participantes, entre servidores, estagiários, voluntários de conselhos tutelares, de merenda escolar e de segurança, da associação comercial, do observatório social, da Polícia Militar e da sociedade civil.



Todos os 22 estabelecimentos de educação fiscalizados apresentaram irregularidades, de acordo com a promotora de Justiça Aline Cotrim, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus, sobretudo na área de merenda escolar e infraestrutura. Produtos vencidos foram apreendidos e detectados problemas de iluminação e ventilação, além de locais com risco de desabamento. A partir das visitas, os dados serão analisados e compilados em relatórios. A promotora de Justiça Aline Cotrim informou que irá se reunir com a secretária de Educação do Município para debater soluções. “Iremos oficiar a direção das escolas para que esclareçam as irregularidades encontradas e adotem as providências mais urgentes, estabelecendo prazos para isso” destacou a promotora, acrescentando que o MP acompanhará todo o processo.



Para esse semestre, já estão confirmadas outras três edições do projeto de interiorização do 'Saúde + Educação'. No dia 30 de março, a caravana estará em

Nazaré; dia 5 de abril, em São Gonçalo, e 27 de abril, em Irecê. Em novembro do ano passado, o projeto de interiorização foi iniciado com a caravana de Itaberaba. Segundo a coordenadora do 'Saúde + Educação', promotora de Justiça Anna Karina Senna, "o objetivo da caravana é auxiliar os promotores do interior na execução do projeto, bem como mostrar à sociedade a união do Ministério Público e da sociedade na busca da educação e saúde de qualidade, além de colher, em um único momento, o maior número possível de informações a fim de obter um panorama geral dos problemas naquele município e assim obter resultados mais rápido", frisou Anna Karina.

Lançamento do programa em Irecê



Também nesta quinta-feira, 9, o programa 'Saúde + Educação' foi lançado em Irecê. O lançamento aconteceu no fórum do município e contou com a presença dos promotores de Justiça Áviner Rocha Santos, Edna Márcia de Oliveira e Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães. A audiência pública de lançamento contou ainda com a participação do prefeito do Município, dos secretários de Saúde e Educação, além de representantes da Justiça Federal, do Ministério Público Federal e da sociedade.

O programa 'Saúde + Educação' tem a finalidade de acompanhar os serviços prestados nas áreas de saúde e educação, visando efetivar direitos de cidadania de crianças, adolescentes e enfermos. A iniciativa acompanha de perto a situação das escolas públicas na capital e no interior e, a partir de um diagnóstico dos problemas encontrados, articula soluções conjuntas dentro das competências de cada órgão envolvido.

“Saúde + Educação” é lançado em Bom Jesus da Lapa

28-03-2017

O programa 'Saúde + Educação: Transformando o Novo Milênio' foi lançado ontem, dia 27, no município de Bom Jesus da Lapa. Profissionais da área de saúde, educação, assistência social, autoridades locais e representantes da sociedade participaram do evento de lançamento, que foi aberto pela promotora de Justiça Alice Koerich Inacio. O Programa tem como objetivo fiscalizar unidades de saúde e estabelecimentos de ensino municipais e estaduais, com o intuito de verificar as condições estruturais, sanitárias e de prestação do serviço.



A gerente do “Saúde + Educação”, promotora de Justiça Anna Karina Omena Vasconcellos Senna, apresentou os objetivos do Programa, sua metodologia e ressaltou a importância da população apoiar o Ministério Público na fiscalização das escolas e postos de saúde. Na oportunidade, ela apresentou os resultados positivos e contou a experiência de visitas realizadas no município de São Felix com o mesmo objetivo. No final, os presentes puderam tirar dúvidas sobre o programa 'Saúde + Educação: Transformando o Novo Milênio' e foram convidados a participarem das primeiras visitas em unidades de ensino e de saúde de Bom Jesus da Lapa, que ocorrerão em maio e junho deste ano.

Estiveram presentes também a promotora de Justiça Mariana Araújo Libório; o procurador do Município de Bom Jesus da Lapa, Gildásio Rodrigues de Souza Júnior, representando o Prefeito Eures Ribeiro; o presidente da Câmara Municipal, Miguel Lelis da Rocha; a presidente da Câmara Municipal de Sítio do Mato, Maria Marta Dias, o delegado Antônio de Albuquerque César e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Ramon Marques Azevedo.

Redator: Manuela Damaceno (DRT-AM 0172)

Caravana vistoria postos de saúde e escolas municipais em Nazaré

30-03-2017



Três unidades de saúde da família e seis escolas municipais de Nazaré, município do Recôncavo baiano, foram visitadas hoje, dia 30, por integrantes do Ministério Público estadual. As visitas fazem parte da caravana do programa "Saúde + Educação: transformando o novo milênio", que contou com a participação das promotoras de Justiça da cidade, Mirella Barros e Thelma Leal, e dos promotores de Justiça Danúbia Bittencourt, Ana Carolina Campos, Andréa Scaff e Anna Karina Omena, gerente do programa, além de três servidores do MP e 30 voluntários. Na oportunidade, foram verificadas a estrutura dos postos de saúde e escolas e questões como qualidade no atendimento, cumprimento de normas técnicas, acessibilidade, dentre outras. De acordo com a promotora de Justiça Mirella Barros, as visitas já tinham sido iniciadas antes da caravana e continuarão a ser realizadas, sendo estendidas também aos municípios de Muniz Ferreira, Salinas das Margaridas e Aratuípe, que integram a comarca.

Redator: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Caravana do MP vistoria 11 unidades de saúde em São Gonçalo dos Campos

06-04-2017



Onze Unidades de Saúde da Família localizadas nas zonas urbana e rural do município de São Gonçalo dos Campos foram vistoriadas ontem, dia 05, por integrantes do Ministério Público estadual. As visitas fazem parte da caravana do programa "Saúde + Educação: transformando o novo milênio", que contou com a participação das promotoras de Justiça Laíse de Araújo Carneiro e Anna Karina Omena (gerente do programa), do promotor de Justiça Fábio Veloso, além de nove servidores do MP e dois estagiários. Durante a visita, foram identificados problemas como telhado mofado e com goteiras, obras de ampliação da USF parada há mais de 4 anos, sala de armazenamento de vacinas com infiltração nas paredes. Na oportunidade, foram verificadas a estrutura dos postos de saúde e escolas e questões como qualidade no atendimento, cumprimento de normas técnicas, acessibilidade, dentre outras. Também integram a Caravana a médica Ana Paula Mattos, a assistente social Candice Moraes e a farmacêutica Dayane Lucy de Jesus, servidoras do Centro de Apoio de Defesa da Saúde (Cesau).

Redator: Patrícia Souza (estagiária de Jornalismo) com supervisão

Caravana do Milênio fiscaliza 22 escolas e dez postos de saúde em Irecê

19-05-2017



Vinte duas escolas da rede municipal e estadual e dez postos de saúde do município de Irecê foram inspecionados ontem, dia 18, pelo Ministério Público estadual, durante realização de caravana do programa 'Saúde + Educação: transformando o novo milênio'. Com participação de 12 promotores de Justiça, servidores e 65 voluntários, a ação identificou nas unidades de ensino irregularidades como sala de informática inativa, com aparelhos defasados, e falta de atendimento especial para alunos com deficiência; e ausência de enfermeiro, profissional de vacina, recepcionista e serviços gerais, além de presença de apenas um médico em uma das unidades de saúde.

O promotor de Justiça Áviner Rocha Santos, de Irecê, apontou a importância da implementação do programa no município. “É necessário o mínimo de educação e saúde para que as pessoas possam usufruir de sua dignidade. Hoje foi o ponto inicial na luta do MP para uma educação e saúde de maior qualidade, a fim de atender mandamentos constitucionais”, afirmou. Ele explicou que, extrajudicialmente, o MP vai solicitar providências do Poder Público para que os problemas identificados sejam resolvidos, e novas visitas deverão ser realizadas para checar se as medidas foram adotadas. Participaram da caravana as promotoras de Justiça Anna Karina Omena, gerente do programa, Edna Márcia e Vera Leilane Mota.



Participaram da caravana as promotoras de Justiça Anna Karina Omena, gerente do programa, Edna Márcia e Vera Leilane Mota; os promotores de Justiça Adriano Nunes, Alex Bezerra, Antônio Leal, Áviner Santos, Fábio Nunes, Igor Clóvis, José Carlos Rosa, Márcio Bellazi e Rafael Rocha; e o procurador da República Márcio Albuquerque de Castro.

Redator: George Brito (DRT-BA 2927)

Programa 'Saúde + Educação: Transformando o novo milênio' é lançado em São Sebastião do Passé

01-06-2017



Com o objetivo de detectar as necessidades e os principais problemas das escolas e unidades de saúde de São Sebastião do Passé, o Ministério Público

estadual lançou ontem, dia 31, o programa 'Saúde + Educação: Transformando o novo milênio'. A promotora de Justiça Dahiane Bulcão Caldas abriu o evento, que contou também com a presença da gerente do programa, a promotora de Justiça Anna Karinna Senna; do prefeito do Município, Breno Konrad; da vice-presidente do Conselho de Educação, Ana Rita Rocha Xavier; do Secretário de Saúde, Marcelo Cerqueira; do Secretário da Fazenda, Roberto Rivelino; e representantes da Câmara de Vereadores, da Polícia Militar e da sociedade em geral. Na ocasião, a promotora de Justiça Anna Karinna Sena contou sobre as experiências em outras comarcas que já implantaram o programa.

“Contamos com uma boa adesão do Poder Executivo, de entidades não-governamentais e da sociedade civil”, afirmou a promotora de Justiça Dahiane Bulcão. Já estão agendadas visitas às escolas e unidades de saúde. Dahiane Bulcão ressaltou que seu objetivo é visitar todas as escolas e unidades de saúde até o final do ano. O 'Saúde + Educação: Transformando o novo milênio' tem o objetivo de fiscalizar unidades de saúde e estabelecimentos de ensino municipais e estaduais, com o intuito de verificar as condições estruturais, sanitárias e de prestação do serviço.

Redator: Milena Miranda DRT Ba 2510

OUTRAS NOTÍCIAS

[Audiência pública discute problemas da educação básica em Salvador](#)

24-05-2017



Os promotores de Justiça Valmiro Macedo, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), e Anna Karina Senna, coordenadora do programa 'Saúde + Educação: transformando o novo milênio', participaram na última terça-feira, dia 23, de uma audiência do 'MPEduc', projeto executado em parceria entre o Ministério Público Federal (MPF) e as unidades do Ministério Público nos Estados. Na ocasião, foram discutidos os problemas da

educação básica em Salvador como falta de professores, merenda, uniformes e estrutura adequada para professores e alunos. O evento contou com a participação de educadores, integrantes do Conselho Municipal de Educação, representantes de classe e pais de alunos.



Valmiro Macedo destacou a importância da participação da sociedade para que ocorra melhoras na educação e explicou que o papel do MP é facilitar essa busca de soluções. “Somos apenas três promotores de Justiça para dar conta de toda a rede de ensino pública em Salvador”, explicou por sua vez a promotora de Justiça Anna Karina Senna. Entre os principais problemas apontados na audiência estão a infraestrutura precária das escolas, algumas correndo até mesmo risco de desabamento. No encerramento do evento, o procurador da República Leandro Nunes afirmou que dará encaminhamento ao que foi discutido na audiência pública, coletando mais informações que possam auxiliar os procuradores e promotores na instrução do inquérito relacionado aos problemas encontrados.



O MPEduc é um projeto que tem o objetivo de estabelecer o direito à educação básica de qualidade para os brasileiros, contando com o envolvimento dos membros do Ministério Público, dos gestores públicos e dos cidadãos. O projeto conta com diversas ações como coletas de informações, audiências públicas, análises de questionários e visitas às instituições com o intuito de obter um diagnóstico das condições das escolas públicas de ensino básico.

Redator: Milena Miranda DRT Ba 2510



AMA-BA celebra o dia mundial de conscientização do autismo

02-04-2017



A Associação de Amigos do Autista (AMA-BA) comemorou o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, celebrado no dia 2 de abril. A data foi criada pela ONU em 2008 e vem sendo comemorado desde então com atos, palestras e encontros. O evento aconteceu no Farol da Barra de 9 às 11h e teve o intuito de informar e conscientizar a sociedade sobre este transtorno no desenvolvimento, que já alcança cerca de 70 milhões de pessoas em todo o mundo, além de chamar a atenção sobre a necessidade do diagnóstico precoce e do tratamento adequado.

O Ministério Público, representado pela Promotora de Justiça, Cíntia Crusóe Guanaes Gomes Soares, Gerente do Projeto “Todas as Escolas são para todos os alunos” participou do evento, levando o compromisso do órgão que é a luta pela garantia de direitos e inclusão social.



O evento ofereceu uma equipe multiprofissional, formada por médicos, psicólogos, animadores e especialistas que promoveram ações educativas abertas ao público, além de oferecer orientações para grupos de mães e crianças autistas sobre higiene pessoal, nutrição e atividades lúdicas.

Fonte: Ceduc/Geduc

Dia Nacional da Libras é celebrado com novidades na aprendizagem para surdos

23-04-2017



Janaína Batista se comunica na Língua Brasileira de Sinais, mas observa que deficientes auditivos ainda enfrentam limitações (Foto: Divulgação) Uma lembrança triste que Janaína Batista, 21 anos, guarda da infância é não ter se comunicado como queria com a mãe, enquanto ela era viva. A jovem brasileira tem deficiência auditiva e, assim como seus pais, desconhecia a língua brasileira de sinais (libras) – universo que descobriu ao conviver com pessoas na mesma situação. “Fui procurar novos sinais em livros e apostilas”, conta. “Durante muito tempo, precisei me comunicar escrevendo, porque não tinha intérprete. Com libras, minha vida ficou muito mais fácil. Hoje, eu sou compreendida.”

Janaína está entre os 9,7 milhões de pessoas em todo o Brasil a serem lembradas no Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais (Libras), data celebrada na segunda-feira, 24. Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, desse total, cerca de 2,2 milhões têm deficiência auditiva em situação severa; e, entre estes, 344,2 mil são surdos.

Dificuldades – O sistema de libras é considerado pelas comunidades surdas como sua língua materna - a primeira, antes mesmo do idioma nativo. Diferentemente do que muita gente pensa, não se trata de uma linguagem composta apenas por gestos e mímicas: apresenta uma série de palavras, sinais e expressões que formam uma estrutura própria gramatical e

semântica. É um meio de comunicação e interação social, que abre as portas para oportunidades pessoais e profissionais.

O Dia Nacional da Libras foi instituído principalmente como alerta para as grandes dificuldades em acessibilidade que esses cidadãos enfrentam, da socialização ao mercado de trabalho. “O mundo ainda é feito para os ouvintes”, enfatizou Janaína. “Para conseguir um emprego, enfrentamos a primeira barreira no currículo em Português, que não é a nossa língua número um. Depois vem a entrevista. Se não houver um intérprete, não conquistamos a vaga. E depois? Como falar com o chefe e colegas?”

Somente em 2002, por meio da Lei nº 10.436, o método passou a ser reconhecido como meio legal de comunicação e expressão. A regulamentação ocorreu em 2005, quando um decreto presidencial incluiu, entre suas determinações, a inserção da Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior. O decreto prevê, ainda, que as Libras sejam ensinadas na educação básica e em universidades por docentes com graduação específica de licenciatura plena em letras.

Pioneirismo – Para a formulação da política de ensino às pessoas com deficiência auditiva, o MEC tem como grande aliado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), que promove fóruns, publicações, seminários, pesquisas e assessorias em todos os estados e no Distrito Federal. Em sua sede, no Rio de Janeiro, além das aulas para os níveis fundamental e médio, o Ines forma profissionais surdos e ouvintes no curso bilíngue de pedagogia, experiência pioneira na América Latina. Segundo a diretora de políticas de educação especial do MEC, Patrícia Raposo, a modalidade, em breve, vai funcionar também pelo sistema de Ensino a Distância (EAD). “Já vem sendo estudada a criação de 14 polos no país, em localidades que ainda estamos definindo”, afirmou.

Patrícia lembrou que outro grande avanço na área educacional para jovens com dificuldades em ouvir estará em vigor na edição deste ano do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Nas escolas onde houver demanda, vamos instalar equipamentos de vídeo para que as questões sejam transmitidas em libras.” De acordo com a diretora, já foi feito um teste piloto pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao MEC responsável pela aplicação do Enem. A previsão é de que tudo estará pronto até novembro, mês de realização das provas.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social/MEC



Busca Ativa Escolar – Plataforma para a busca ativa de crianças fora da escola

29-05-2017

Busca Ativa Escolar é uma plataforma que contribui para que os municípios combatam a exclusão escolar. Seu objetivo é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados contam com dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a inclusão escolar.

Como todas as soluções tecnológicas desenvolvidas pelo Instituto TIM, Busca Ativa Escolar é um software livre.

A plataforma foi desenvolvida em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), e está alinhada aos objetivos da iniciativa global Fora da Escola Não Pode!, do UNICEF.

Fonte: institutotim.org.br

Acesse aqui: <http://www.foradaescolanaopode.org.br>

Gestão democrática escolar é abordada em encontro nacional entre o MP e os movimentos sociais

08-05-2017

Gestão democrática nas escolas foi o assunto do 3º dia do 4º Encontro Nacional Ministério Público e Movimentos Sociais, que está sendo realizado na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília, desde o dia 5. O evento continua até a próxima sexta-feira, 9, com debates sobre outros temas relacionados aos direitos fundamentais.

O evento reúne membros do Ministério Público brasileiro e integrantes dos movimentos sociais. O objetivo é estimular o debate aberto, transparente e colaborativo sobre a missão constitucional do Ministério Público na efetivação dos direitos fundamentais. O Ministério Público da Bahia foi representado através do CEDUC, na quarta-feira, dia 07.

A procuradora da República no Rio de Janeiro Maria Cristina Manella afirmou, durante a apresentação dos encaminhamentos decorrentes dos debates e das sugestões dos membros do MP e dos representantes dos movimentos sociais, que a gestão democrática escolar não se limita à eleição dos dirigentes escolares. “Vai muito além disso. A gestão democrática escolar precisa garantir o acesso desse princípio aos alunos, que são os mais alijados do processo de gestão participativa”.

A procuradora da República complementou que é necessário traçar diretrizes, com a participação de profissionais do direito e da educação, para definir efetiva e objetivamente o que é gestão democrática nas escolas. Essa definição, de acordo com Maria Cristina, deve ser feita por meio de critérios objetivos que serão observados pelo poder público e pela sociedade em geral para que se possa implementar a gestão democrática nas escolas, “processo pelo qual a participação do Ministério Público é imprescindível”.

Marcelo Rocha, representante do movimento de ocupações que ocorreram no Brasil em 2015 e em 2016, apresentou, em suas conclusões, questões referentes a formas de participação dos alunos no processo de gestão democrática. Nesse sentido, ele ressaltou a importância da participação do aluno também na gestão da educação que envolva a área financeira. “Os alunos possam conhecer os gastos, aquilo que passa por todo o processo financeiro da educação e da escola. Isso deve ser feito com a fiscalização e auxílio do Ministério Público”.

Por fim, promotora de Justiça do Estado de Minas Gerais Daniela Ukuiama fez a sintetizou os principais pontos relacionados à articulação e à avaliação estratégica do trabalho da escola no processo de gestão democrática. Ela citou, por exemplo, o fortalecimento dos grêmios estudantis, a gestão compartilhada da educação, a utilização de práticas restaurativas e a construção coletiva das regras internas das escolas

Nesta quinta-feira, 8 de junho, o 4^º Encontro Nacional Ministério Público e Movimentos Sociais tratará do tema “Direito à saúde”. A **programação** começa às 10 horas da manhã. Por volta das 16h30, as conclusões podem ser acompanhadas, em tempo real, pelo **canal do Conselho no YouTube**.

Assista ao vídeo com as conclusões desta quarta-feira.

Veja a cobertura fotográfica.

Leia mais sobre o 4º Encontro Nacional MP e Movimentos Sociais.

Fotos: Sérgio Almeida (Ascom/CNMP).

Assessoria de Comunicação Social
Conselho Nacional do Ministério Público

PUBLICADA RESOLUÇÃO QUE DISCIPLINA EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES PELO MP

No mês de março do ano em curso, o CNMP editou Resolução número 164/2017 regulamentando o uso de Recomendação pelos membros do Ministério Público. Com essa diretiva, o Instrumento recomendatório deverá ser endereçado no bojo dos procedimentos investigatórios (Inquérito Civil, Procedimentos Administrativos e Procedimentos Preparatórios), que tenham sido previamente instaurados, conforme estabelecem o artigo 84, parágrafo 1º da Lei Complementar Estadual 11/96 e artigo 27, inciso IV da Lei Federal 8625/93.

Registre-se que esta normativa aponta ainda para que as Escolas e CEAf's do MP Brasileiro promovam cursos de aperfeiçoamento sobre técnicas de elaboração de recomendações.

[Acesse a Recomendação aqui.](#)

LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.**LEI QUE INTRODUZIU ALTERAÇÕES NO ENSINO MÉDIO****Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016.**

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

[Clique aqui para acessar a lei completa](#)

DECRETO Nº 9.034, DE 20 DE ABRIL DE 2017

Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 3º e art. 5º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012,

DECRETA:

Art. 1º O [Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

II - as vagas de que trata o [art. 1º da Lei nº 12.711, de 2012](#), serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação pertinente, em proporção ao total de vagas, no mínimo, igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade federativa onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

.....” (NR)

“Art. 3º

II - as vagas de que trata o [art. 4º da Lei nº 12.711, de 2012](#), serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação pertinente, em proporção ao total de vagas, no mínimo, igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade federativa onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.” (NR)

“Art. 9º

I - a forma de apuração e comprovação da renda familiar bruta de que tratam o inciso I do **caput** do art. 2º e o inciso I do **caput** do art. 3º;

II - as fórmulas para cálculo e os critérios de preenchimento das vagas reservadas de que trata este Decreto; e

III - a forma de comprovação da deficiência de que trata o inciso II do **caput** do art. 2º e o inciso II do **caput** do art. 3º se dará nos termos da legislação pertinente.” (NR)

Art. 2º O Ministério da Educação editará, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto, os atos complementares necessários à aplicação dos critérios de distribuição das vagas de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. Até a publicação dos critérios de distribuição referidos no **caput**, a reserva de vagas, pelas instituições de ensino, seguirá a sistemática adotada no concurso seletivo imediatamente anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER

José Mendonça Bezerra Filho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.4.2017 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9034.htm

ACP'S AJUIZADAS

- [ACÇÃO CIVIL PÚBLICA – INTÉRPRETE DE LIBRAS – PROMOTORA DE JUSTIÇA CÍNTIA GUANAES](#)
- [ACÇÃO CIVIL PÚBLICA – PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR – PROMOTORA DE JUSTIÇA CÍNTIA GUANAES](#)
- [ACÇÃO CIVIL PÚBLICA - REQUISIÇÃO DE ABERTURA DE ESCOLAS – KERGINALDO REIS](#)

INQUÉRITOS CIVIS

- [INQUÉRITO CIVIL - PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR – PROMOTORA DE JUSTIÇA ROCÍO GARCIA](#)

RECOMENDAÇÕES

- [RECOMENDAÇÃO 44 – CNMP – GASTO MÍNIMO EM EDUCAÇÃO](#)

JURISPRUDÊNCIAS

- [OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO: MATRÍCULA EM CRECHE E PRÉ- ESCOLA – CRIANÇAS ATÉ 5 ANOS – DECISÃO STF](#)
- [POSSIBILIDADE DE COBRAR MENSALIDADE EM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS – DECISÃO STF](#)
- [PRECATÓRIO FUNDEF – VINCULAÇÃO EXCLUSIVA DOS RECURSOS À EDUCAÇÃO – TRF -5](#)
- [COMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS FUNDEF. FUNDEB – VINCULAÇÃO À EDUCAÇÃO - TRF - 5](#)